

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2023
(Do Sr. Léo Prates)

Solicita informações a Sra. Ministra de Estado da Saúde sobre os dados levantados pelo Ministério no combate a zika e chikungunya.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V; 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas a Senhora Ministra de Estado de Saúde, Doutora Nísia Trindade, a informação dos dados completos do combate, dos procedimentos que vem sendo adotados pelo Ministério, bem como a atualização e aperfeiçoamento das diretrizes para combate, prevenção e controle dos casos Zika e Chikungunya.

Como até o presente momento não se tem conhecimento claro dos dados que vem sendo coletados pelo Ministério da saúde, em especial no Estado da Bahia, sentimo-nos na obrigação de solicitar a manifestação da Ministra sobre o assunto.

Justificativa

Atualmente o Ministério da Saúde tem muitos dados sobre Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, uma das arboviroses que mais assolam o país.

Entretanto, o país carece de dados sólidos e diretrizes para prevenção e controle de Zika e Chikungunya que, embora sejam transmitidas pelo mesmo mosquito que transmite a dengue, possui características bem diferentes, com outras implicações à saúde pública.



As arboviroses são um crescente problema de saúde pública do mundo, devido ao potencial de dispersão, possibilidade de causar epidemias extensas e pela ocorrência de grande número de casos graves, com acometimento neurológico, articular e hemorrágico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem elaborado instrumentos para orientar as ações de saúde e nortear o desenvolvimento de diretrizes nacionais.

Na Região das Américas, a dengue é a arbovirose mais comum e de maior circulação, com aumento progressivo do número de casos desde sua reintrodução em 1980. A situação epidemiológica tornou-se mais complicada com a introdução de novos arbovírus, como o chikungunya em 2013 e o zika vírus em 2015.

No Brasil, desde 1986, vem ocorrendo epidemias de dengue, com aumento na severidade dos casos. A circulação do vírus chikungunya foi identificada pela primeira vez no Brasil no ano de 2014. Nos anos de 2015 e 2016, o Brasil registrou um aumento de casos de microcefalia em recém-nascidos da região do Nordeste e suspeitou-se que as mães haviam sido previamente infectadas com o vírus zika. A atenção mundial voltou-se para esse vírus e o Ministério da Saúde do Brasil e a Organização Mundial da Saúde (OMS) logo declararam uma emergência de saúde pública.

O impacto das arboviroses se intensifica à medida que ocorre um grande número de indivíduos acometidos por este agravo, com implicações sobre os serviços de saúde, ausência de tratamento, vacinas e controle do vetor Aedes. Para esse enfrentamento são exigidas políticas e intervenções de amplo espectro, que envolvem vários setores da sociedade, não somente do setor saúde. A doença apresenta difícil controle por exceder os limites do setor saúde tais como aspectos sócio ambientais, infraestrutura e educação ambiental.

Este Requerimento de Informação vem, portanto, solicitar os dados e a forma de como estão sendo combatidos não só a dengue, mas sim Zika e Chikungunya, quais as novas estratégias do controle vetorial do Aedes aegypti vem sendo empregadas, bem como de que forma vem sendo combatidas as doenças implicadas na transmissão como zika e Chikungunya, informando o mapeamento de áreas cobertas e o que vem sendo feita para o combate da tão sonhada erradicação do vetor em nosso território.



Acreditamos, Senhor Presidente, que ao fazer esse requerimento, a nossa intenção seja a de ter a informação do que vem sendo feito e de que forma no âmbito do Ministério e que dados existem. É preciso que a Ministra se manifeste oficialmente sobre os dados levantados dessas ações,

Sala das Sessões, em de março de 2023

**Deputado Léo Prates
(PDT/BA)**

